

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO – CAMPUS  
MORRINHOS

AYSHA CRISTINNE DOS REIS ALVES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE  
LICENCIATURA**

MORRINHOS

2023

AYSHA CRISTINNE DOS REIS ALVES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE  
LICENCIATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao,  
IF Goiano-Campus Morrinhos como parte das  
exigências legais para a obtenção do Título de  
Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do  
Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza

MORRINHOS

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos**

A474d Alves, Aysha Cristinne dos Reis.  
Desafios e perspectivas da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2023.  
36 f. : il. color.

Orientador: Dr. Calixto Júnior de Souza.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Licenciatura em Pedagogia, 2023.

1. Educação dos surdos. 2. Libras. 3. Educação inclusiva. I. Souza, Calixto Júnior de. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU376.33

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Morgana Guimarães, CRB1/2837



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 1/2023 - NAPNE-RV/DE-RV/CMPRV/IFGOIANO

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

No dia 13 de abril de 2023, às 17h30m, remotamente, ocorreu a banca de defesa do Trabalho de Curso (TC) intitulado: Desafios e Perspectivas da Disciplina de Libras nos Cursos de Licenciatura, da Acadêmica Aysha Cristinne dos Reis Alves, sob a orientação da Professor Dr. Calixto Júnior de Souza, do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A banca de avaliação foi composta pelos membros Prof. Me. Adriano Aparecido da Silva e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sangelita Miranda Franco Mariano. A média obtida foi 8,2 ( oito pontos e dois décimos ), sendo considerado a Acadêmica aprovado(a).

Calixto Júnior de Souza Orientador

Adriano Aparecido da Silva Membro

Sangelita Miranda Franco Mariano  
Membro

Documento assinado eletronicamente por:

- Sangelita Miranda Franco Mariano PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO em 17/04/2023 20:06:01.
- Adriano Aparecido da Silva TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAI em 17/04/2023 18:12:18.
- Calixto Junior de Souza COORDENADOR(A) - FG1 - NAPNE-RV em 17/04/2023 18:10:22.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 486869  
Código de Autenticação: e988940396



# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)

Dissertação (mestrado)

Monografia (especialização)

TCC (graduação)

Artigo científico

Capítulo de livro

Livro

Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

## RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Documento assinado digitalmente  
 AYSHA CRISTINNE DOS REIS  
Data: 20/04/2023 13:51:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

/ /  
Local Data

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Documento assinado digitalmente  
 CALIXTO JUNIOR DE SOUZA  
Data: 20/04/2023 16:32:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO – CAMPUS  
MORRINHOS

AYSHA CRISTINNE DOS REIS ALVES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE  
LICENCIATURA**

MORRINHOS

2023

AYSHA CRISTINNE DOS REIS ALVES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE  
LICENCIATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao,  
IF Goiano-Campus Morrinhos como parte das  
exigências legais para a obtenção do Título de  
Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do  
Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza

MORRINHOS

2023

AYSHA CRISTINNE DOS REIS ALVES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE  
LICENCIATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao,  
IF Goiano-Campus Morrinhos como parte das  
exigências legais para a obtenção do Título de  
Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do  
Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza  
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Sangelita Miranda Franco Mariano  
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

---

Me. Adriano Aparecido da Silva  
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Rio Verde

Dedico esta pesquisa a minha mãe Aparecida Fernanda dos Reis e aos meus avós Dalva Fernandes dos Reis (in memoriam) e José Alves dos Reis, á eles minha eterna e sincera gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente a Deus, por me permitir cursar pedagogia, ampliar meus conhecimentos e meu repertório cultural.

Agradeço também a minha família por toda dedicação; em especial a minha mãe Aparecida Fernanda, pela formação moral que sempre me instruiu na tomada de decisões e me incentivou e apoiou os meus sonhos.

Agradeço ao Instituto Federal de Ciências e Tecnologia Goiano – IF Campus Morrinhos por me receber e participar da minha formação profissional. Gratidão ao corpo docente do curso de Pedagogia, que com maestria possibilitaram reflexões sobre a educação brasileira.

As minhas colegas de turma, pelo companheirismo durante todo o curso; pela amizade e auxílio na realização das atividades acadêmicas.

Grata ao meu orientador Carlixto por não medir esforços para o êxito deste trabalho.

***“O ser humano é aquilo que a educação faz dele.”***

***Immanuel Kant***

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar uma trajetória da educação dos surdos e como a disciplina é fundamental para o desenvolvimento de cada profissional da educação, visto que houve desafios até a inclusão nas redes de ensino. A pesquisa foi realizada no Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, nos cursos licenciatura de Pedagogia e Química. Desta forma pôde-se observar que a disciplina de libras é ofertada no final de cada curso e com carga horária semelhante, no entanto a falta de interdisciplinaridade faz com que há um déficit na formação do educador, onde a matriz curricular pode ser alterada para uma melhor formação e proporcionar a cada experiências práticas em escolas. O ensino de Libras é de extremamente importância na formação dos professores, visto que cada profissional contribui de diferentes maneiras através de ações inclusivas nas escolas, isso faz com que facilite a aprendizagem e a comunicabilidade entre os alunos do processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação dos surdos. Libras. Educação inclusiva.

## **ABSTRACT**

This study aims to present a trajectory of education for the deaf and how the discipline is fundamental for the development of each education professional, since there were challenges until inclusion in the education networks. The research was carried out at the Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, in the undergraduate courses of Pedagogy and Chemistry. In this way, it was possible to observe that the subject of Libras is offered at the end of each course and with a similar workload, however the lack of interdisciplinarity means that there is a deficit in the formation of the educator, where the curricular matrix can be changed to a better training and provide each practical experiences in schools. Teaching Libras is extremely important in teacher training, as each professional contributes in different ways through inclusive actions in schools, which facilitates learning and communicability among students in the teaching-learning process.

**Keywords:** Education of the deaf. Pounds. Inclusive education.

## LISTA DE TABELAS

Quadro 1: Análise da disciplina de Libras nos cursos superiores do IF- Campus Morrinhos.....	25
Quadro 2: Análise da disciplina de Educação inclusiva nos cursos superiores do IF- Campus Morrinhos.....	26
Quadro 3: Proposta de interdisciplinaridade nos cursos de licenciatura do IF- Goiano.....	28
Quadro 4: Servidores do Napne IF Goiano- Campus Morrinhos.....	31

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS E A LIBRAS.....	13
3 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS.....	19
4 PRÁTICA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IF-GOIANO.....	24
4.1 Núcleo de atendimento as pessoas com necessidades educacionais específicas-NAPNE.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando as mudanças ocorridas na sociedade acerca da educação, a inclusão ainda é pauta para diversas discussões, devido à discrepância entre a teoria e a prática, cuja materialidade se dá pela dificuldade de interpretação das leis, a ausência de profissionais capacitados, e a adaptação das instituições escolares.

Ao se referir à educação deve-se ter ciência que ela é direito de todos e está firmada no art. 205 na Constituição Brasileira (1988), sendo o Estado e a família os responsáveis pela sua promoção. Entretanto o sistema educacional impossibilita o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Segundo Giuseppe Rinaldi (1997 p. 279) “a linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, registrar e comunicar os seus saberes, marcando o seu ingresso na cultura”. Assim a linguagem se estabelece como meio essencial para transmitir conceitos e sentimentos. Porém a surdez congênita e pré-verbal, pode bloquear o desenvolvimento da linguagem verbal, mas se os processos de comunicação foram estabelecidos como visual/ espacial, tal condição não afetará os processos não-verbais (CHOMSKY, 1994) permitindo a comunicação.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil em 24 de abril de 2002, pela Lei 10.436/2002 a fim de estreitar as barreiras da comunicação e promover a inclusão dos surdos na sociedade. Em consonância em 22 de dezembro de 2005 foi estabelecido o Decreto 5626 que garante a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória em cursos de formação de professores para exercício do magistério e nos cursos de fonoaudiologia o mesmo decreto garantiu o direito a educação, comunicação, interação, a saúde e a informação ao aluno surdo (PEREIRA, et al. 2011).

O presente artigo foi elaborado por meio de revisão bibliográfica e tem como objetivo principal analisar os aspectos históricos, desafios e vitórias relacionados à educação dos surdos, enfatizando a importância do ensino e aprendizado da Libras para alunos da comunidade surda . Além disso, almeja possibilitar a reflexão sobre o desdobramento da Libras nos cursos de licenciatura com ênfase no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano- Campus Morrinhos, propondo a

interdisciplinaridade dessa disciplina com as demais matrizes curriculares referentes à formação acadêmica.

A pesquisa está organizada em quatro partes. Na primeira e segunda parte foi elaborada uma retrospectiva histórica sobre a surdez e a educação de surdos. As mesmas têm como enfoque apresentar os avanços alcançados pela comunidade surda após a realização das primeiras pesquisas acerca da Libras. A terceira parte visa definir a Libras como oficial dos surdos brasileiros, apresentando suas características, mediando o seu processo de formação e implantação nas escolas e instituições de ensino superior. Já a quarta parte aponta os desafios e as perspectivas da disciplina de Libras nos cursos licenciaturas, refletindo sobre a sua articulação para a (des) formação de professores capacitados e autonomia das instituições de ensino ao definir a carga horária e conteúdos ministrados durante a formação desses professores, trazendo à tona possíveis possibilidades para a resolução da problemática.

## 2 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Ao realizar uma análise histórica da educação de surdos constata-se que a mesma está embasada em fatores religiosos, filosóficos e políticos que influenciaram diretamente no processo de construção da educação do surdo, que ora se encontrava segregado, excluído ou endeusado pela sociedade em que estava inserido.

Segundo Skliar (1997), no Egito antigo os surdos eram adorados e considerados mediadores entre deuses e faraós. Já na Grécia, os surdos eram considerados seres incompetentes devido à ausência da linguagem e a dificuldade de contribuir com a manutenção do Estado (SILVIA; CAMPOS, 2014). Na Palestina, os surdos eram protegidos por leis e tratados como crianças (BRADDOCK; PARISH 2001). Mais adiante Santo Agostinho, representante da Igreja Católica, afirmou que as crianças surdas seriam consequências dos pecados dos pais, as mesmas por serem incapazes de proferir os sacramentos não contemplaria a “a vida eterna” (SILVA; CAMPOS, 2014). E foi só no final da Idade Média no período Renascentista quando houve a valorização da razão, que a surdez passa a ser retratada como uma patologia.

Diante a ótica científica, na Idade Moderna (século XVI) diferencia-se surdez e mudez, desmitificando o termo surdo-mudo. A partir deste período, a pessoa surda pôde exercer alguns direitos estatais como educação e socialização. Destaca-se que essa nova perspectiva garantia “cidadania” ao surdo, desde que ele consiga se socializar por isso muitos utilizavam diferentes métodos, tais como: (sinais, mimica, escrita, leitura labial) para que assim conseguissem se comunicar.

Ainda no século XVI, o monge Pedro Ponce de León recebeu visibilidade ao se dedicar à educação de crianças surdas da aristocracia espanhola, estabelecendo a primeira escola de surdos no Mosteiro de San Salvador em Oña Burgos. As metodologias utilizadas pelo monge eram a oralização e a escrita (GASCÓN; STORCH, 2004), em que não tornava o processo de ensino e aprendizado eficaz, entretanto seus métodos foram essenciais para o desenvolvimento da educação dos surdos já que o mesmo utilizava um alfabeto manual que auxiliava as crianças a soletrar as palavras.

Segundo os autores Silva e Campos (2014, p. 9):

Há quem defenda a ideia de que esse alfabeto manual foi baseado nos gestos criados por monges, que comunicavam entre si pelo fato de terem feito voto de silêncio. É importante ressaltar que nesta época, as crianças que recebiam este tipo de educação eram filhas de pessoas que tinham uma situação economicamente boa. As demais eram colocadas em asilos com pessoas das mais diversas origens e problemas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver em função da sua "anormalidade".

A partir deste período vários educadores se dedicaram a pesquisar sobre a educação de surdos. De acordo com Quadros (1997) houve inúmeras divergências entre estes estudiosos, já que com a propagação do alfabeto manual alguns defendiam o Método Oral Puro (língua falada) e outros defendiam o gestualismo (língua de sinais).

Como representante mais importante do que se conhece como abordagem gestualista está o "método francês" de educação de surdos. O abade Charles M. De L'Epée foi o primeiro a estudar a língua de sinais, com atenção para suas características linguísticas. O abade, a partir da observação de grupos de surdos, verifica que estes desenvolviam um tipo de comunicação apoiada no canal visogestual, que era muito satisfatória. Partindo dessa linguagem gestual, ele desenvolveu um método educacional, apoiado na língua de sinais da comunidade de surdos, acrescentando a esta sinais que tornavam sua estrutura mais próxima à do francês e denominou esse sistema de "sinais metódicos". A proposta educativa defendia que os educadores deveriam aprender tais sinais para se comunicar com os surdos; eles aprendiam com os surdos e, através dessa forma de comunicação, ensinavam a língua falada e escrita do grupo socialmente majoritário.

No século seguinte o escocês George Dalgarno declarou que os surdos tinham o mesmo potencial que os ouvintes para aprender, e para que isso acontecesse, precisavam receber uma educação adequada (VIEIRA; BONDEZAN, 2011).

Mais adiante em 1750, o abade francês Charles Michel reconhecido atualmente como o primeiro a estudar a língua de sinais, iniciou o processo de ensino a suas duas irmãs surdas. Partindo de suas observações e práticas o mesmo elaborou os Sinais Metódicos: combinação de sinais com a gramática francesa (VIEIRA; BONDEZAN, 2011) desta forma, as mesmas foram capazes de ler e escrever. Em 1760 o método se expandiu e o abade fundou a primeira Escola Metódica para surdos, nomeada como Instituto Nacional para surdos- mudos de Paris.

Com as novas abordagens a educação dos surdos tornou-se pauta em diversos países, entretanto em 1880, foi realizado em Milão, o Congresso Internacional sobre Instrução de Surdos, que promoveu um retrocesso educacional destes alunos, pois o congresso estabeleceu que o processo de ensino e aprendizagem devesse ser centralizado no Método Oral o que determinava a obrigatoriedade do oralismo e discriminava o uso de sinais (GUARINELLO, 2007).

Em consonância ao campo educacional do Brasil o método se baseava no aprendizado da língua portuguesa (falada e escrita), já que para os oralistas a fala é o centro da comunicação e indispensável para o desenvolvimento da criança (Trenche, 1995). Desta forma a escola abordava campos de percepção auditiva e de leitura labial, o que significou o aumento de uso dos aparelhos auditivos, pois acreditava que com os equipamentos, crianças com surdez grave e profunda poderiam ouvir, falar e só assim aprender (LACERDA, 2001).

O oralismo foi bastante criticado, pois exigia que a criança mascarasse a surdez e a impunha a uma rígida rotina de memorização das palavras. e apesar da proibição do uso dos gestos pelos oralistas e em 1960 estudos sobre a língua de sinais ganham visibilidade. Assim as instituições de ensino passaram a desenvolver diferentes metodologias para promover a comunicação, dando origem ao método de comunicação total.

Segundo Stewart (1993, p.118) “a comunicação total é a prática que articula o uso de gestos, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer meios para estudantes surdos, se expressarem”. No entanto faz se necessário ressaltar que a oralização compõe a comunicação total, mas ao contrário do método oral, não se trata de uma imposição, pois o método ora abrange sinais utilizados pela comunidade surda, ora marcadores da língua falada acompanhados de elementos visuais facilitando as relações interpessoais (Moura 1993).

A comunicação total obteve uma avaliação mais positiva em relação ao oralismo (QUADROS, 2004). Estudiosos apontaram que ao final do processo escolar muitos surdos conseguiram se comunicar dentro dos contextos educacionais, contudo eles ainda apresentaram dificuldades em expressar emoções e de executar atividades que exijam autonomia. No que se refere aos sinais pode-se observar que se estabeleciam como acessório auxiliar da fala, evidencia que afirma que ao utilizar a comunicação total o aluno não consegue estabelecer a língua de sinais como

verdadeira língua e a utiliza como reforço a língua falada ao tentar se comunicar com um ouvinte.

Pressuposto a comunicação total a língua de sinais se desenvolvia. Em 1980 e 1990 a comunidade surda reivindicou a língua de sinais como língua oficial, dando origem ao bilinguismo (GUARINELLO, 2007), que ganhou grande visibilidade, pois, tornava mais acessível à comunicação das crianças surdas. Em relação a essa metodologia, Lacerda (2000, p.9) pondera:

O objetivo da educação bilíngue é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária.

A educação bilíngue ainda é recente; no Brasil foi inserida na LDB pela Lei 14.191/2021, desta forma encontra-se inúmeros desafios para a promoção efetiva de Libras. Tal problemática se dá pela exigência da formação profissional em diferentes espaços de ensino. Para alguns autores, é necessária a participação de professores surdos, outras propostas sugerem anular a língua oral articulando apenas a de sinais e o português escrito.

No que se concerne a educação de surdos no Brasil é de valia ressaltar o trabalho realizado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) no Rio de Janeiro fundado em 1857 por D. Pedro II (PEREIRA, et al, 2011) que utilizava diferentes metodologias: linguagem escrita, o alfabeto digital e o alfabeto manual. O profissional responsável pela educação dos surdos brasileiros foi Enet Huet que foi convidado para educar os surdos brasileiros pelo D. Pedro II, Huet era surdo desde seus 12 anos de idade e adepto das metodologias adotadas por Charles Michel de l'Épée. Mais tarde o educador foi considerado o introdutor da língua de sinais do Brasil, o mesmo adaptou os sinais franceses à cultura brasileira originando a língua de sinais brasileira: Libras.

Em contrapartida aos avanços metodológicos no ensino dos surdos e a importância de promover uma educação mais inclusiva, ocorreu na Espanha em 1994, a Conferência Mundial sobre a Educação Especial, neste evento foi elaborado a Declaração de Salamanca, documento que é considerado como um grande marco para a inclusão social, pois amplia o conceito de educação especial, visando todas as vivências do aluno e inclusive os fatores que podem contribuir negativamente no processo de ensino e aprendizado (MENEZEZ, 2001).

A partir destes novos conceitos a declaração contribui com a educação dos surdos já que estabelece que “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter”, assim para que ocorra o ensino igualitário os “educandos com necessidades especiais deverão qualquer apoio extra que possam precisar, para que lhes assegure uma educação efetiva” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Porém, a língua de sinais dos surdos brasileiros foi homologada em abril de 2002, oito anos depois da Declaração de Salamanca. A Lei 10.436 por sua vez, define a Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros e dispõem direitos acerca da educação e a promoção da acessibilidade do aluno surdo (SELAU e HAMMES, 2009). Desta forma fica estabelecido (BRASIL, 2002 p. 23):

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais — Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais — Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas do Brasil.

Diante das mudanças do cenário educacional a promulgação da Lei de Libras destacou-se por reacender a necessidade de novos estudos e metodologias para a inclusão do surdo no ensino e na sociedade.

Posteriormente o decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro 2005, complementa a Lei 10436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, compondo o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que tem como enfoque a formação do interprete de Libras.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária;

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Á frente dos estudos, surgimento e atualizações das leis, a necessidade de tornar a sociedade mais inclusiva permitiu o regulamento da LEI Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que valida a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

### 3 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – Libras

A educação em uma perspectiva inclusiva é definida como educação especial no ensino regular, ela abrange não só o estudante deficiente, mas também aquele que por qualquer seja o motivo encontra-se com dificuldades de aprendizado. Neste sentido entendemos a inclusão como:

[...] um princípio ideológico em defesa da igualdade de direitos e do acesso às oportunidades para todos os cidadãos, independentemente, das posses, da opção religiosa, política ou ideológica, dos atributos anatomofisiológicos ou dos comportamentos, das condições psicossociais, socioeconômicas e da afiliação grupal. Trata-se de um imperativo moral inalienável nas sociedades atuais (OMOTE, 2003, p. 154).

Diante do exposto salienta a função das instituições de ensino em integrar e repensar suas práticas pedagógicas a fim de estabelecer o acesso e permanência de todos os alunos articulando currículo e planejamento.

Em relação à educação escolar de crianças surdas, o foco é o acesso à linguagem que envolve o ensino e a aprendizagem da língua de sinais e da Língua Portuguesa na modalidade escrita. A aquisição da linguagem por sua vez deve ocorrer nos primeiros anos da infância. O ensino da língua de sinais no currículo escolar segue a perspectiva do ensino da língua dos surdos nativos -aqueles que nasceram e cresceram surdos- (com pais surdos), e que utilizam a língua de sinais ao longo de suas vidas. Segundo Batterbury (2012), embora raros estes casos estabelecem a língua de sinais como uma língua materna. Já a aprendizagem dos surdos, filhos de pais ouvintes é baseada nas experiências do sujeito com o meio, tomando como prioridade a língua de sinais e posteriormente a língua portuguesa em modalidade escrita.

Segundo Lucinda Ferreira (1998), as línguas de sinais são naturais tão como a língua oral, devido a espontaneidade de seu surgimento e se distingue do oralismo por não utilizar de um canal oral auditivo e sim a articulação entre o visual e o espacial. Entretanto as formas icônicas das línguas de sinais não são universais ou retrato fiel do espaço, pois cada pessoa vê e entende o objeto de forma singular, ou seja, a cultura influencia diretamente na formação dos símbolos das línguas de sinais.

Neste cenário a Lei 10.436 estabelece Libras como a língua materna dos surdos brasileiros que como toda língua de sinais, trata-se de uma modalidade gesto/ visual que utiliza como canal de comunicação, movimentos, gestos e expressões faciais que só são percebidos pela visão.

A estrutura gramatical de Libras é constituída a partir de elementos que formulam a palavra, esses são orientados pelos mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos, que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias entre outros significados não laterais (RINALDI, 1998).

Para a autora Renata Peixoto, (2006, p. 219- 220) “a ideia de que existe uma relação entre escrita e linguagem conduz sujeitos surdos e ouvintes a estabelecer correspondências entre o que é falado – sinalizado – e o que é escrito”. Essa tendência aborda a articulação entre a fala e a escrita o que justifica a dificuldade do aluno surdo ao escrever, já que a ortografia é o resultado de grafemas e fonemas. Assim, os sinais da Libras oportuniza o surdo a entender as relações sociais, sendo capaz de interpretar e conceituar a escrita.

No que diz respeito ao vocabulário pontua-se que as palavras em Libras e em Português são estruturadas respectivamente em unidades espaciais e sonoras, ou seja em português os sons representam grafemas e em Libras são os sinais que vão dar sentido a mensagem desejada. É importante salientar que na língua de sinais um mesmo sinal quando articulado em diferente espaço apresenta significados diferentes, e que assim como as demais línguas a Libras também esta em constante mudança, comportando a geração de novas palavras e se adaptando as culturas.

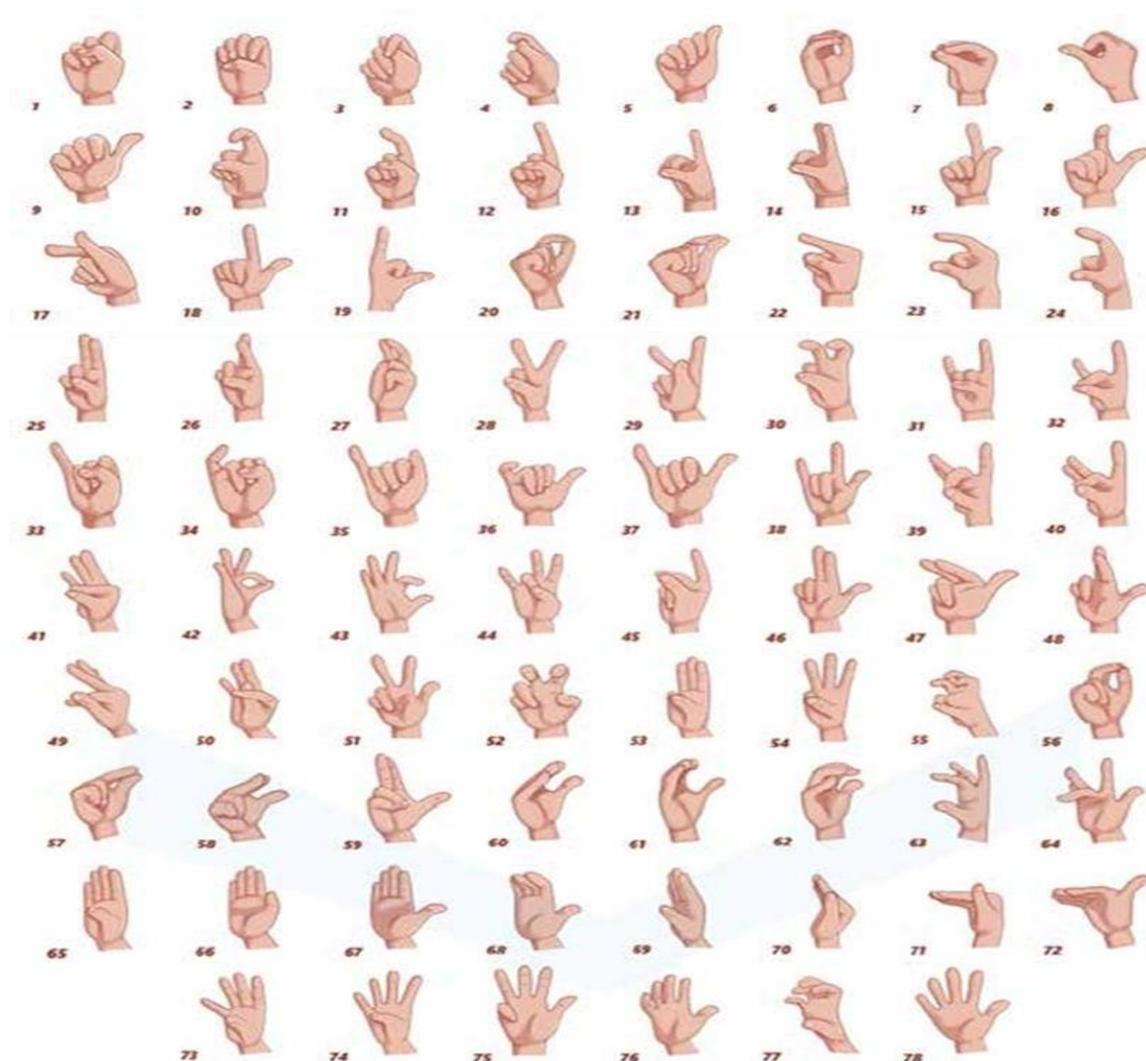
Desta forma os sinais utilizados em Libras são formados a partir de combinações de movimentos das mãos, com um determinado formato em um determinado lugar, essas articulações são denominadas de parâmetros linguísticos que se classificam:

1. Os movimentos: mudanças simples ou complexas dos articuladores principais (mãos e braços). Que segundo Dias, (2006) eles podem se realizar nas seguintes situações:

- a. quando um mesmo sinal modifica sua configuração inicial,
- b. quando um mesmo sinal possui duas orientações da palma, na altura da mão,
- c. quando um sinal apresenta mudança na trajetória,
- d. quando o sinal é executado desenhando uma forma ou contorno.

2. Configuração das mãos: São as formas que as mãos adotarão na execução de determinado sinal. A Figura 1 a seguir apresenta as configurações que compõem o inventário do vocabulário de Libras (DIAS, 2006).

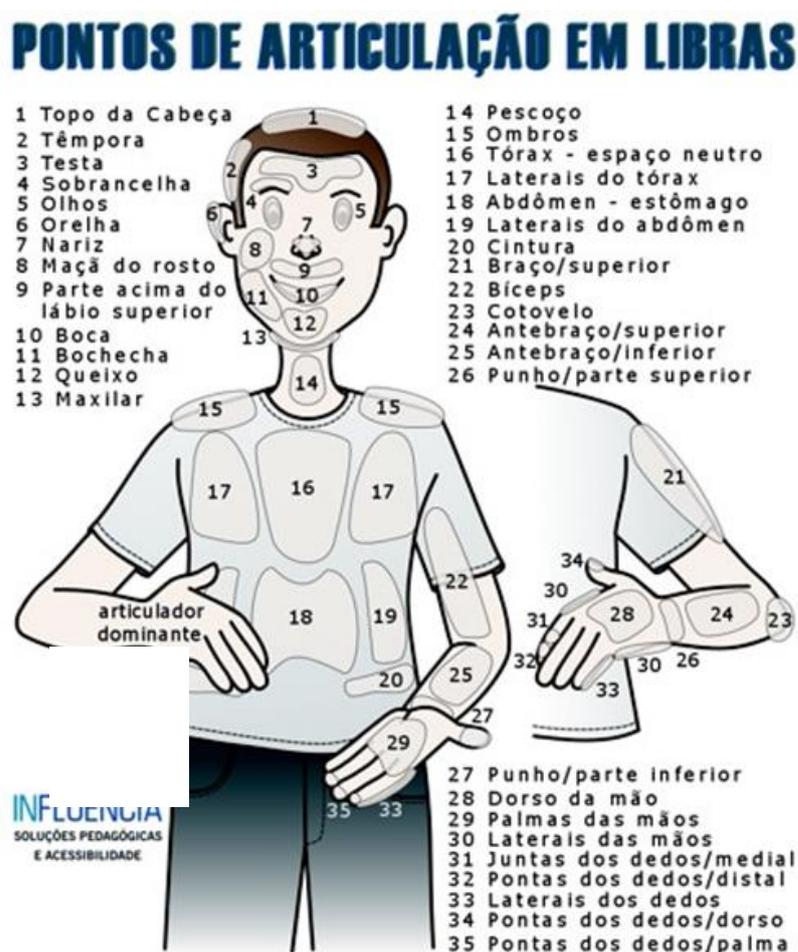
Figura 1: Configurações Manuais de Libras.



Fonte: <<https://www.facebook.com/498038583575342photos/a.506936599352207.1073741830.498038583575342/1817323854980135/?type=3>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

3. Ponto de articulação: é o lugar onde incide a mão predominante configurada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até à cabeça) e horizontal (à frente do emissor) (DIAS, 2006).

Figura 2: Pontos de articulação em Libras.



Fonte: <<https://www.facebook.com/498038583575342/photos/a.506936599352207/1866277563418097/?type=3&theater>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

Ao observar os parâmetros linguísticos de Libras é evidente que a utilização do espaço é uma característica marcante da língua, por isso o ambiente, as expressões faciais dos integrantes são essências para a promoção da comunicação da pessoa surda (FELIPE, 1988).

Para a promoção de uma comunicação eficaz em sala de aula em 2005, por meio do Decreto nº: 5626 de 22 de dezembro ficaram estabelecidos os requisitos para a formação do professor interprete que deverá acompanhar integralmente o aluno surdo, auxiliando sua comunicação com o regente e colegas de turma.

Em contrapartida a Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 art. 28 parágrafo 2, afirma que os tradutores e interpretes devem atender os seguintes requisitos:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras,

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Diante da complexidade da Libras e em consonância com a política educacional brasileira, a educação da pessoa surda possui os mesmos objetivos da educação geral. Entretanto, ainda existem barreiras que impedem a socialização e o aprendizado do aluno surdo. E são inúmeros fatores que contribuem com essa problemática, entre eles destacam-se a má formação dos professores, a ausência do ensino escolar em Libras na Educação Básica e o despreparo familiar dos alunos, já que segundo Silva; (2012 p. 67) “90% das crianças surdas possuem pais ouvintes, que não possuem didática para instruí-los”. Em consequência muitas crianças surdas vão à escola sem conhecer Libras, apresentando dificuldades de interação, que quando aliado com instituições despreparadas resultam no fracasso escolar.

Após 19 anos do Decreto de 2002 que reconhece Libras como a língua dos surdos brasileiros o Governo Federal promoveu projetos para garantir a representatividade da comunidade surda brasileira entre eles destacam-se:

- 1- Ferramenta Wikilibras: plataforma que promove a criação de novos sinais.
- 2- Avaliação Biopsicossocial: avaliação da deficiência em caráter multiprofissional e interdisciplinar.
- 3- Cadastro- Inclusão: coleta, processo e sintetização das pessoas com deficiência que permitem a identificação socioeconômica e realização dos deveres públicos a esse cidadão.
- 4- Cartilhas informativas: cartilhas adaptadas e acessíveis em formato digital para orientar as pessoas com deficiência durante a pandemia do Covid-19. (BRASIL, 2022)

Em relação ao currículo de Libras destaca-se o documento do Programa Curricular de Língua Brasileira de Sinais para Surdos (ALBRES; SARUTA, 2012) que visa produzir o currículo de Libras como a primeira língua das crianças surdas no ensino fundamental na modalidade bilíngue. Em sua implementação o projeto também busca fornecer a capacitação dos professores envolvendo estratégias, abordagens avaliativas e promoção de materiais didáticos.

#### 4 PRÁTICA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IF- GOIANO

A língua ocupa uma importante função durante as interações humanas, partindo desse pressuposto, “acreditam-se que crianças surdas possuem desvantagens em relação a crianças ouvintes” (ROSSI, 2011 p. 71), já que apesar das mudanças ocorridas nos âmbitos educacionais a inclusão apresentam grandes falhas. Desta forma, a capacitação dos professores se torna essencial para a propagação de uma educação igualitária, esta formação está firmada pela Lei 10.436/2002 que oficializa o ensino de libras em instituições de ensino superior, incluindo cursos de Educação Especial, Licenciaturas e Fonoaudiologia, entretanto mesmo que o documento represente um grande avanço para comunidade surda a qualidade do ensino de libras ainda é bastante questionável.

Para que a educação dos alunos surdos seja efetivada além das adequações na instituição de ensino, fazem-se necessários suportes pedagógicos e recursos tecnológicos que facilitem o aprendizado dos alunos. Neste processo o intérprete de Libras é essencial, pois além de mediar o conhecimento e as vivências em sala de aula, o mesmo possibilita a propagação da língua entre os demais alunos. Segundo a Lei nº 13.146 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) para que o intérprete possa atuar nas instituições de ensino superior, ele deve possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (SILVA; LIMA; DAMÁZIO, 2007).

No entanto, apesar da Libras ter sido inserida nas instituições de ensino superior, a disciplina não apresenta resultados satisfatórios, afinal ela não está articulada com o restante das atividades formativas, ou seja, de modo a contemplar a interdisciplinaridade e, também, contém carga horária insuficiente para tornar o acadêmico com conhecimentos básicos de Libras. Diante a essa problemática realizou-se uma análise curricular dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos, os documentos estão disponíveis na plataforma digital da instituição ([www.ifg.edu.br](http://www.ifg.edu.br)).

Quadro 1: Análise da disciplina de Libras nos cursos superiores do IF- Campus Morrinhos.

Curso	Carga Horária	Período
Pedagogia	40 h.	8º semestre
Química	36,7 h.	8º semestre

Fonte: Dos autores, 2022.

Os dados apresentados no quadro acima constata que ainda que o Decreto Federal n. 5626, 22 de dezembro, estabeleça a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, a ausência de uma carga horária e conteúdos previamente elaborados, abre uma lacuna para as instituições de ensino superior que priorizam as outras disciplinas, oferecendo carga horária mínima com uma extensa grade curricular, o que indica um estudo superficial da língua.

Em relação às perspectivas do alunado os autores Almeida e Vitaliano (2012, p. 12 ) observaram estudantes de pedagogia de uma universidade pública que ao se deparar com a nomenclatura: Libras, “esperavam por aulas práticas da língua”, entretanto foram surpreendidos com uma ementa repleta de teorias e carga horária mínima, o mesmo pode se esperar no IF-Goiano-Campus Morrinhos.

Os conteúdos estão organizados de forma que o acadêmico reflita sobre o contexto histórico da comunidade surda e o desenvolvimento da língua de sinais. Tendo como referencial teórico os autores: Skiliar (1998); Strobel (2008); Sacks (1988); Brito (1995); Coutinho (2000) e Damázio (2005). De uma maneira geral, observa-se que a cronologia pedagógica apresentada na grade não apresenta autores contemporâneos e tem como enfoque apresentar Libras como a língua dos surdos, porém não possui embasamento teórico e prático suficientes para formar um aluno com conhecimentos básicos.

Outro aspecto a ser avaliado é que nos 2 (dois) cursos a disciplina é apresentada nos últimos períodos da licenciatura, fator que não agrega a formação do acadêmico, já que analisando as matrizes curriculares, nesta fase já foram realizados os estágios supervisionados momento em que o acadêmico é permitido a observar as práticas docentes, interferindo caso seja necessário. Assim, por se tratar de vivências extras curriculares o fato de o estágio anteceder as aulas de Libras, caracteriza uma desorganização nas matrizes, afinal as escolas as quais se realizam

o estágio podem apresentar alunos surdos, e neste caso os universitários não estariam devidamente capacitados para se comunicar e ensinar os mesmos.

A problemática mencionada acima também ocorre em relação à disciplina de Educação Especial que apresentam diferentes nomenclaturas nos cursos. Em Pedagogia trata-se da Educação Especial, Fundamentos e Políticas e é vista no 8º (oitavo) período. Já em Química recebe o nome de Educação Especial e Inclusiva no Ensino de Química a mesma é aplicada no 7º (sétimo) período. Outro aspecto semelhante ao currículo de Libras é a desorganização da matriz curricular, que também em ambos os cursos só são ofertadas após as práticas de estágios. Já em relação à ementa pragmática, nota-se que a mesma não especifica as necessidades especiais, ou seja, abordam todas as deficiências sem tratar suas especificidades, fato que empobrece o ensino e não prepara o discente para uma sala de aula com diversidade de alunos.

Quadro 2: Análise da disciplina de Educação inclusiva nos cursos superiores do IF-Campus Morrinhos.

Curso	Disciplina	Período	Carga Horária	Ementa
Pedagogia	Educação Especial-Fundamentos e Políticas	8º Período	40 h.	Fundamentos da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Aspectos educacionais e pedagógicos relacionados à pessoa com deficiência, à pessoa com altas habilidades e superdotação, bem como aquela com transtornos globais do desenvolvimento. Diferença entre dificuldade de aprendizagem e distúrbios de

				aprendizagem. Reflexões sobre a construção do fracasso escolar.
Química	Educação Especial e educação inclusiva de ensino de Química	7º Período	36,7 h.	Refletir sobre as dificuldades específicas e empecilhos a aprendizagem em ciências/química requeridas necessidades educacionais específicas(NEE) em salas regulares, refletir sobre as necessidades materiais e epistemológicas e tentar aliar metodologicamente propostas de mediações para o ensino de conceitos químicos e desenvolver estratégias que auxiliem a aprendizagem e permanência pela mediação com produção de materiais e modelos, recursos psicopedagógicos e metodológicos orientados para a promoção de aprendizagens mais significativas. Propostas de aulas e materiais alternativos para alunos com deficiência auditiva, visual e outras NEE.

Fonte: Dos autores, 2022.

Desta forma, estando diante a realidade acadêmica dos estudantes de licenciatura do IF- Goiano, nota-se que a ausência da interdisciplinaridade entre as disciplinas impossibilita a formação de um professor com conhecimentos que sejam básicos em Libras. Conforme Souza (2021), após investigar o PPCs (Projeto Pedagógico de Cursos) e as matrizes curriculares de formação de professores do IFG com enfoque na educação em uma perspectiva inclusiva, constatou que a capacitação dos professores é um processo contínuo e dinâmico, o qual infelizmente

apresenta inúmeras falhas devido ao isolamento do eixo temático das disciplinas, sobre a assertiva o autor comenta:

No Brasil os cursos de licenciatura têm denotado um quadro de isolamento entre si, em que no campo do currículo há uma escassez de discussão na qual segregam a formação na área específica dos conhecimentos pedagógicos, dedicando parte exígua de seu currículo às práticas profissionais docentes, às questões da escola, da didática e da aprendizagem escolar (GATTI, apud, SOUZA, 2021 p. 807).

Assim, Souza (2021) propõe que a grade curricular esteja interligada a fim de propiciar ao aluno conhecimento integral da educação em uma perspectiva inclusiva, pois a ausência de ações educacionais influencia negativamente o aprendizado dos alunos (PLETSCH, 2015).

Quadro 3: Proposta de interdisciplinaridade nos cursos de licenciatura do IF- Goiano.

Disciplinas	Cursos	Núcleo	Crítérios de interdisciplinaridade
História da educação	Pedagogia Química	Específico	Incluir os desafios enfrentados pela comunidade surda a fim de conquistar uma educação igualitária, já que os mesmos refletem diretamente na história da educação.
Sociologia da educação	Pedagogia Química	Específico	Incluir na disciplina os marcos legislativo brasileiro aplicados a pessoa surda e as consequências do mesmo na sociedade.
Psicologia da educação	Pedagogia Química	Específico	Possibilitar a reflexão sobre as mudanças emocionais e psicológicas da comunidade surda após a inclusão de Libras que possibilitou a comunicação surda.
Educação Especial	Pedagogia Química	Específico	Retratar a importância da inclusão, da presença da disciplina de Libras nas universidades e a

			necessidade da expansão da língua para o povo brasileiro.
Políticas públicas na educação brasileira	Pedagogia Química	Específico	Expor as leis e decretos que mais colaboram para efetivar a educação do surdo.
Libras	Pedagogia Química	Específico	Proporcionar conhecimento teórico e prático da língua do surdo brasileiro.
Educação comunicação e mídias	Pedagogia Química	Específico	Investigar metodologias tecnológicas que facilitam o acesso do surdo ao conhecimento.
Filosofia da educação Filosofia na educação	Pedagogia Química	Específico	Refletir as mudanças sociais ocorridas após a promoção de Libras como língua oficial dos surdos brasileiros.
Didática	Pedagogia Química	Específico	Abordar a ética do professor mediante a um aluno surdo, sendo capaz de oferecer ao mesmo condições de acesso e permanência no meio educacional.
Arte e educação	Pedagogia	Específico	Incluir em seu repertório artistas surdos.
Jogos, brinquedos e brincadeiras	Pedagogia	Específico	Enfatizar a importância da inclusão do aluno surdo cabendo ao professor adaptar os jogos, brinquedos e brincadeiras.

Fonte: Dos autores, 2022.

#### 4.1 Núcleo de atendimento as pessoas com necessidades educacionais específicas - NAPNE

No ano de 2001 o Ministério da Educação publicou as “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica” que tem como objetivo orientar as

escolas regulares em como atender os alunos com deficiência. Em 2008, foi estabelecida a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE)” que propõe ações da educação especial no ensino profissional e tecnológico, oportunizando a efetivação do aluno no mercado do trabalho. Já em 2011, foi aprovado o Decreto Nº 7.611 que estabelece o atendimento educacional especializado.

Desta forma o Instituto Federal Goiano a fim de se adequar aos novos textos, aprovou o Regulamento Institucional do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) por meio da Resolução Nº 024/2013 de 01 de março de 2013 que visa a melhoria do ensino aprendido ofertado aos discentes com necessidades específicas do IF- Goiano, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas.

A resolução estabelece que o núcleo deva ser composto por no mínimo 6 (seis) membros da comunidade escolar nomeado pela Portaria da Direção Geral, sendo obrigatoriamente conter: 2 (dois) docentes, 2 (dois) técnicos administrativos da área pedagógica e 1 (um) representante discente. Cada mandato é de 4 (quatro) anos podendo ser reconduzido se necessário.

O público alvo do Napne são pessoas em vulnerabilidade social, Rôselange, (2019 p. 11) as classificam:

- a) Da Educação Especial: Deficiências (física, motora, mental, visual, auditiva, sensorial, etc.); Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): Transtorno Desintegrativo da Infância; Síndrome de Rett; Autismo; Síndrome de Asperger; Espectro Autista; Altas Habilidades/Superdotação.
- b) Das Necessidades Educacionais: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Transtornos hipercinéticos e específicos das habilidades escolares; Dislexia (dislalia, disgrafia, disortografia, discalculia, etc.); Demais transtornos neurológicos que impossibilite ou atrapalhe sua permanência e/ou conclusão de seus estudos.
- c) Das Necessidades Específicas: Qualquer pessoa que se sinta excluída ou marginalizada de alguma forma devido à idade (no caso de idosos), às características físicas (obesos), etnia, orientação sexual, gênero, credo, condição econômica, etc. Deficiências físicas temporárias, como vítimas de acidente.

O que justifica o uso do termo “Necessidade Educacional Específica”, pois o núcleo abrange as necessidades individuais de cada aluno e não possui apenas a função educacional, suas competências são amplas já que são promovidos eventos de caráter formativo para a toda a comunidade.

Cabe ao Napne planejar suas ações, de acordo com as necessidades materiais e financeiras de cada campus. Para isso os membros do núcleo em

conjunto com o atendimento educacional especializado (AEE) promove uma avaliação diagnóstica do discente para a identificação de suas necessidades educacionais específicas com o objetivo de buscar e propiciar apoio e recursos necessários à aprendizagem.

Atualmente o Napne do IF Goiano- Campus Morrinhos é composto pelos seguintes integrantes:

Quadro 4: Servidores do Napne IF Goiano- Campus Morrinhos.

Nome	Tipo de Membro	Matrícula
Alline R. Bento	Presidente	1991287
Alanna Evellin A. Ferreira	Servidora	2269548
Ana Paula Stort Fernandes	Servidora	1094156
Carla de Moura Martins	Servidora	2044556
Dayana S. Batista Soares	Servidora	2930680
Elcilene Barroso da Silva	Estagiária	3250376
Giseli da S. Schneider	Servidora	2051001
Laianny Barbosa do Prado	Servidora	2160076
Leonardo Batista Pedroso	Servidor	2224756
Luciana Baldoino	Servidora	1552357
Morgana Guimaraes	Servidora	2329860
Odilon F. Neto	Servidor	1374359

Fonte: Dos autores, 2022.

No Campus Morrinhos, o núcleo visa promover orientações pedagógicas a serem desenvolvidas em sala de aula a fim de facilitar o processo de ensino aprendido dos alunos com necessidade educacionais específicas, além de fornecer acompanhamento pedagógico, monitorias, leitura e transcrição de provas. Este projeto é ofertado também ao surdo, pois muitos docentes necessitam de orientações didáticas para ensinar o aluno e muitos alunos ainda sofrem exclusão por não conseguir se comunicar com os ouvintes.

Atualmente o núcleo atende uma aluna da comunidade surda que se encontra com a matrícula trancada, a mesma realizou os procedimentos de acolhida (entrevista com a aluna e família), levantamento histórico/ social para a promoção

dos direitos e deveres da cidadã e a elaboração da nota pedagógica para auxiliar no preparo das aulas e nos métodos de avaliação dos docentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da disciplina Libras nas instituições de ensino superior é de grande valia, afinal visa ofertar conhecimentos teóricos e práticos da língua. Contudo, nota-se que as aulas não são suficientes para a capacitação real do docente. Fator que prejudica as práticas pedagógicas, pois mesmo que o intérprete de Libras se encontre em sala o aluno é de responsabilidade do professor regente e cabe a ele promover metodologias ativas que atenda o alunado.

Desta forma este estudo expõe a trajetória da educação dos surdos e seus principais marcos históricos, ressaltando que é necessário ocorrer melhorias. O mesmo propõe reflexões a cerca da formação dos acadêmicos de licenciatura com ênfase nas praticas educacionais do Instituto de Ciências e Tecnologia Goiano- IF Campus Morrinhos, abordando a disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia e Química, realizando uma análise da carga horária e dos conteúdos referente à disciplina.

O estudo apontou que apesar da Libras ter sido inserida nos cursos superiores visando a formação integral dos estudantes de licenciatura, a mesma não os preparam para situações cotidianas como promover a troca de vivências entre o alunado a respeito de um determinado tema que esteja sendo trabalhado pelo professor.

Em contrapartida a carga horária não é suficiente para possibilitar aulas teóricas e práticas e infelizmente a língua não se articula com ás demais disciplinas. Desta forma é proposta a prática da interdisciplinaridade, assim o acadêmico poderá ampliar seus conhecimentos sobre Libras no decorrer do curso, pressupondo que não esteja despreparado ao realizar os estágios, visto que a disciplina de Libras só é ofertada no 7° e 8° período.

Em consonância pôde-se sugerir articulações entre as práticas pedagógicas do IF- Goiano e do Napne. O núcleo poderá investir em palestras e formações que capacitem tantos os estudantes de licenciatura quanto os docentes da instituição de ensino. Em relação ao aluno surdo é de suma importância que as instituições se integrem a fim de informar dos seus direitos, valorizar sua cultura e identidade. Oferecendo a este aluno metodologias diferenciadas , métodos justos de avaliação e uma sala de aula acolhedora e inclusiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRADDOCK, D.; PARISH, S. **An institutional history of disability**. In G. Albrecht, K. Seelman, & M. Bury, (Eds.), *Handbook of disability studies*, pp. 11-68, New York: Sage, 2001.

Brasil. Senado Federal. Presidência da República. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. **Constituição (2010). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução nº 2, de 7 abril de 1998. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Diário Oficial da União. Brasília, 15 abr. 1998.

BRASIL, **Secretária de Educação Especial Língua Brasileira de Sinais/ org.** Lucinda F. Brito et. al. – Brasília: 1998.

BRASIL, **Secretária de Educação Especial: A educação dos surdos/ org.:** Giuseppe Rinaldi et. al. – Brasília: 1997.

BRASIL, Ministério da educação: **Lei que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos completa 19 anos**. Brasília/ 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/lei-que-reconhece-a-libras-como-meio-legal-de-comunicacao-e-expressao-dos-surdos-completa-19-anos>>. Acessado em: 11-03-2023.

**Centros Urbanos Brasileiros**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

CHOMSKY, N. **Language and problems of knowledge**. Cambridge. Massachusetts, 1994.

COUTINHO, D. **Libras e a língua portuguesa, (semelhanças e diferenças)**. V. 2, Arporador, 2000.

DIAS, J. **Libras: A língua de sinais dos surdos brasileiros**. Editora Arara Azul: Petrópolis - RJ, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FELIPE, T.A. **O Signo Gestual-Visual e sua Estrutura Frasal na Língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

GASCÓN, A.Y. J. G.; STORCH, G. **História da educação dos surdos na Espanha e sua influência na Europa e América**. Madrid: Editorial Universitária Ramón Areces, Coleção "Por más señas" 2004.

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. Plexus: SP, 2007.

LACERDA, C. F. **A prática pedagógica mediada (também), pela língua de sinais: Tralhando com sujeitos surdos**. Cadernos Cedes, ano XX, n. 50, 2000.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 02 out 2022.

MOURA, M.C. **A língua de sinais na educação da criança surda**. In: Moura, M.C. *et al*; *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec. Art., 1993.

OMOTE, S. **A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão**. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003. p.153-169.

OUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PEREIRA, M.C. CHOI, D. GASPAR, P. NAKASATO, R. VIEIRA, M. I. **Libras, conhecimento além dos sinais**. Pearson Prentice Hall, 1 ed. São Paulo, 2011.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROSSI, R. A. **A Libras como disciplina no ensino superior**. Revista de educação, v. 13, n. 15, Taubaté, 2011.

SKLIAR, Carlos. **Um olhar sócio – histórico sobre a psicologia e a educação dos surdos: Educação e exclusão**. Mediação, Porto Alegre, 1997.

SILVIA, E.F.; CAMPOS, M.F. **O percurso dos surdos na história e a necessidade da Libras para a inclusão dos sujeitos na escola**. JOIN, Rio Grande do Norte, 2014.

SELAU, B.; HAMMES, L. J. **Educação inclusiva e educação para paz: relações possíveis**. São Luiz –MA: EDUFMA, 2009.

SILVA, A., LIMA, C. V., DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007.

SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Formação docente na perspectiva da inclusão: da formação inicial à educação continuada**. in: MARTINS, L. A. R.; PIRES, G. N. L.; PIRES, J. Inclusão Escolar e Social: Novos Contextos, Novos Aportes. Rio Grande do Norte: Editora da UFRN Campus Universitário, 2012. p. 142.

STEWART, D. A. "**Pesquisa sobre o uso de língua de sinais na educação de crianças surdas**", *In: MOURA, M.C. et alii; Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec. Art. 1993.

TRENCHÉ, M.C.B. **A criança surda e a linguagem no contexto escolar**. São Paulo: PUC, tese de doutoramento, 1995.

VIEIRA, S. R.; BONDEZAN, A. N. **Educação do surdo: histórico e língua de sinais**. Revista Trama- Volume 7- nº 14. Paraná, 2011.